

## The habitus and the New: from social (re)learning to practices

Dulce Magalhães<sup>1</sup>  
Universidade do Porto  
[dulcem@letras.up.pt](mailto:dulcem@letras.up.pt)

Recibido 19-11-2012

Aceptado 20-12-2012

*Keywords:* social differentiation; (re)socialisation; the New element; social space; updating dispositions.

### ABSTRACT

This article, strongly guided by Bourdieu's theory, focuses on the different places of the social sphere in which social agents are immersed. The approach takes into consideration that these places produce conditional restrictions which tend to generate practices and representations, with which some identify and others avoid. Here, the concept of *habitus* takes on a key role and its rigidity is rejected, considering that the concept encompasses the possibility of change with its consequent readjustments to a pre-existing structure.

The author thus defends the concept's plasticity and a review of the dispositions governing the process of social learning – socialisation and re-socialisation – which is analysed bearing in mind the inculcation/incorporation of (new) knowledge and ways of doing.

*Palavras chave:* diferenciação social; (re)socialização; elemento Novo; espaço social; atualização de disposições

### RESUMO

Neste texto, em que a teoria bourdiana funciona como uma verdadeira bússola, parte-se da inserção dos agentes sociais em lugares diferenciados no espaço social, tendo em linha de conta que aí se produzem condicionalismos específicos que tendem a engendrar práticas e representações simultaneamente identitárias entre uns e diversificadas entre outros. Aqui, o conceito de habitus adquire centralidade e rejeita-se a sua rigidez, considerando-se que este conceito abrange a possibilidade de mudança com os consequentes reajustamentos a uma estrutura pré-existente.

Defende-se, por conseguinte, a sua plasticidade e a atualização de disposições incorporadas no processo de aprendizagem social – socialização e ressocialização – que é equacionada tendo em linha de conta a inculcação/incorporação de (novos) saberes e fazeres.

## 1.- Diferenciação social: apropriações práticas emergentes do/no espaço social

É certo que não existe sociedade isenta de diferenciações sociais. Fatores económicos, sociais, culturais e simbólicos, entre outros, estarão, decerto, na sua base explicativa. Sendo certo, então, que as sociedades se apresentam diferenciadas no social, mas também no espaço e no tempo, aceitar-se-á, por conseguinte, que no tecido social emerge o ator social que se socializa, que protagoniza encontros, que se (inter)relaciona e que se dispõe a optar por determinado tipo de práticas socioculturais e não por outro.

Como se sabe, qualquer prática sociocultural é atravessada por diferentes formas de apropriação. Fica claro, então, o pressuposto de que essas diferentes formas de apropriação poderão resultar de diferenciações de classe, enquanto espaços diferenciados de socialização. A socialização, processo dinâmico de aprendizagem social, é equacionada tendo em linha de conta a inculcação/incorporação de saberes e fazeres. O agente social é, assim, confrontado com diferenciações sociais transversais a todas as dimensões em que se move na estrutura social e que emergem de condições sociais de existência que simultaneamente associam uns e distanciam outros, pelo que se percebe aqui a pertinência da existência de lugares estruturais de classe no espaço social. Faz sentido, então, considerar que os indivíduos se encontram socialmente situados, sendo o seu posicionamento na estrutura social condicionante necessário, embora não determinante, das suas práticas.

Neste contexto, e porque os indivíduos se encontram diferentemente situados no social, apresentam pré-disposições e disposições de facto também diferentes no que respeita à eleição e vivências de práticas socioculturais quotidianas, resultando tudo isso de incorporações sociais específicas por via socializante, da qual destacamos a primeira socialização<sup>2</sup> - forte condicionador de possíveis re-socializações futuras. Assim, os indivíduos distar-se-ão uns dos outros pela ocupação de posicionamentos díspares na estrutura social<sup>3</sup>. Num primeiro momento os indivíduos ocuparão, por inerência parental, as posições sociais dos seus progenitores. Num segundo momento, cuja fronteira é estabelecida pela entrada na vida ativa, a ocupação da respetiva posição social fica a dever-se à sua própria situação socioprofissional. Está aqui presente uma possível rutura face ao posicionamento de origem por inerência do próprio trajeto social. Assim, uma vez efetuada a rutura, ela é válida e aplica-se em momentos posteriores marcados por eventuais mudanças na situação socioprofissional. Ora, independentemente dos momentos, e na esteira de Pierre Bourdieu, isso significa que os indivíduos localizar-se-ão em pontos específicos do espaço social, definindo-se, uns aos outros, “pelas suas *posições relativas*”<sup>4</sup> neste espaço” (Bourdieu 1989: 134).

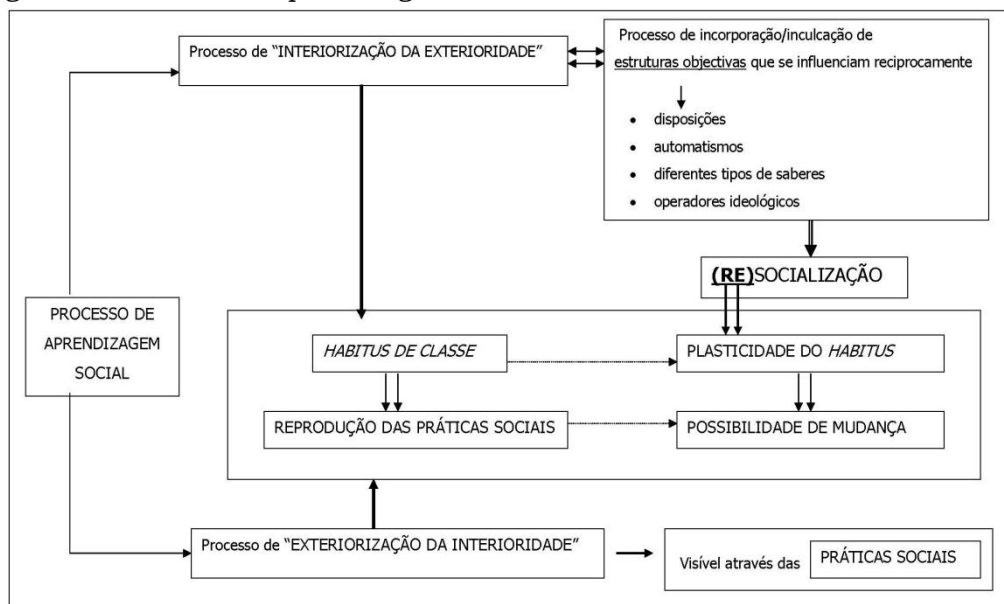
Daqui se tira que se um indivíduo se localiza num determinado ponto do espaço social terá à partida, numa linguagem bourdiana, disposições específicas para agir, pensar e sentir de maneira diferenciada à de outro indivíduo situado num outro ponto do espaço social. Compreender-se-á, então, que as práticas socioculturais, sejam elas quais forem, emergem daqui, sendo passíveis de adquirir, contudo, contornos menos lineares para os quais contribuem as pertenças sociais plurais que hoje enformam as vivências dos indivíduos. Seguindo Pierre Bourdieu de perto, e considerando o seu posicionamento teórico como uma bússola neste nosso trabalho, lembramos que subjacente à noção de espaço social, encontra-se a de topologia social<sup>5</sup> (Bourdieu & Wacquant 1992: 20), na qual o autor fortemente se inspira.

O espaço social, remete-nos, então, para a abordagem dos lugares de classe, uma vez que funciona como que constituído por cantos específicos. A estes cantos específicos – os lugares de classe – correspondem posições sociais, que irão condicionar os seus

ocupantes no que respeita a tomadas de posição, isto é, a disposições precedidas por predisposições para ações, independentemente da dimensão em que se situem: económica, cultural, social ou simbólica. Essas ações não são senão práticas<sup>6</sup> cujo desenvolvimento, porque significativo e simbólico, irá classificar os seus protagonistas e, através dum efeito de *feedback*, remetê-los para lugares específicos no xadrez social. Lembremos, a este propósito, o conceito weberiano de ação social, definido enquanto comportamento significativo<sup>7</sup> (Weber, 1944:4), ou, se preferirmos, “comportamento dotado, pelos atores, de sentido” (Silva, 1993:19), estando aqui presente, segundo as palavras de Augusto Santos Silva, uma combinação entre as vertentes comportamental e simbólica (*Idem, ibidem*).

Valeria a pena, neste momento, determo-nos na Figura 1, cuja ilustração esquemática permite uma perceção imediata desta situação. Veja-se que, a tudo isto não é alheia a socialização enquanto fator de moldagem, e uma eventual e possível ressocialização num momento posterior. É pela (re)socialização que é concretizada, no indivíduo, uma determinada possibilidade de (re)interpretação do mundo, sendo essa (re)interpretação cristalizada em construção social da realidade. Desta forma, e face à realidade construída em determinados alicerces sociais, o indivíduo situa as suas práticas, as suas opções acionais em carris que, simbolicamente, traçam possibilidades e, automaticamente, impossibilidades.

Figura 1 – Processo de aprendizagem social



A prática é, então, segundo entendimento bourdiano, o resultado de uma dialética estabelecida entre uma determinada situação contextual e um conjunto de disposições interiorizadas (Bourdieu, 2002: 167-168) pelos agentes situados socialmente. À situação social dos agentes, é inerente um lugar de classe que, dotado de relativa homogeneidade, produz condicionalismos específicos. Os lugares de classe, remetem então para conjuntos distintos de condições sociais de existência que tendem a engendrar práticas diversificadas, uns face aos outros, e tendencialmente homogeneizantes a nível intra (cf. *Idem*: 169). Nesta perspetiva podemos considerar que são as práticas sociais, visíveis pelo seu carácter de exterioridade, que agregando (relativamente) protagonistas sociais pela partilha dessas mesmas práticas, conferem homogeneidade relativa aos *agrupamentos* que integram esses mesmos protagonistas

sociais. Referimo-nos a práticas sociais que ao serem assimiladas e interiorizadas, via inculcação (re)socializante, o são de forma que vai tendendo para a cristalização, para a criação de raízes, tanto mais profundas quanto menos alterações existirem<sup>8</sup>. Veja-se que desde o *berço*, e em função do lugar social que ocupa o *berço*, o indivíduo não vê pouparem-se esforços com vista a predispor-se para um determinado tipo de resposta a um determinado estímulo. Noutras palavras, o indivíduo é, desde cedo, condicionado – pelo menos socialmente assim se espera – a agir de forma consonante ao lugar que socialmente os seus progenitores ocupam, isto é, à sua origem social. Quer-se com isto dizer que os agentes sociais estão sujeitos a condicionalismos de forma geral concordantes com as condições sociais de existência. Assim, em função das mesmas e por via socializante, tenderão a incorporar e a atualizar um conjunto de (pré)disposições e, por conseguinte, a traçar práticas semelhantes às da geração anterior; posteriormente, na ausência de tendências contrárias, tenderão a projetar na geração seguinte (Bourdieu, 1979: 112), também por via socializante, o mesmo tipo de atuação. De tal forma é efetuado o esforço, que a injeção, a inculcação social de que o indivíduo foi alvo se transmuta num automatismo acional. É como se o indivíduo absorvesse um conjunto de instruções – a interiorização da exterioridade de que fala Bourdieu<sup>9</sup> – que, lhe permitam agir de forma adequada às exigências sociais dos seus pares, tidos como tal no ponto social de partida – lugar de classe de origem. Essas instruções, não são outra coisa senão códigos, especificamente, códigos de conduta, que funcionam no social, exatamente como a gramática na linguagem. E, uma vez assimilados, são posteriormente exteriorizadas de forma adequada ao contexto vivido. A exteriorização da interioridade reflete, precisamente, todo este processo, funcionando como *volte-face* indissociável da interiorização da exterioridade (Figura 1). O automatismo presente é de tal ordem constrangedor, que o indivíduo não chega, frequentemente, a tomar consciência da existência duma matriz de atuação que o dispõe para a ação, seja ela qual for<sup>10</sup>. Como se sabe, a repetição gera hábitos, e os hábitos produzem gestos, que por repetidos, chegam a confundir o gosto em executá-los com a própria habituação em si. Todo este processo, no percurso teórico bourdieano, radica e atravessa um conceito central<sup>11</sup> – o de *habitus* de classe, enquanto “sistema de disposições duradouras e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações (...)” (Bourdieu, 2002: 167)<sup>12</sup>.

A força do *habitus* de classe, através da inculcação e interiorização de gostos, gestos, hábitos e, neste sentido, também a força dos automatismos gerados perante pré-disposições e disposições para a ação bem como a matriz de percepções construída estão presentes nas práticas levadas a cabo pelo indivíduo (cf. Bourdieu, 2002, 1984; Pinto, 1978). Estas funcionam, então, como uma espécie de *gramática comportamental*<sup>13</sup> perceptível pela sua exteriorização. Neste sentido, pode-se considerar que na teoria bourdieana, “o peso das estruturas [atua] sobre as ações sociais” (Alonso, 1997:16), convertendo-se aquelas em elemento definidor de possibilidades ou de impossibilidades accionais e, por conseguinte, excluindo-se estas últimas do panorama de atuação (cf. *Idem*:18). Sobre isto, escreve Bourdieu: “Na realidade, dado que as disposições duradouramente inculcadas pelas possibilidades ou impossibilidades (...) engendram disposições objectivamente compatíveis com essas condições [objectivas], (...) as práticas mais improváveis encontram-se excluídas, (...) a título de *impensável* (...)” (Bourdieu, 1991:94 citado por Alonso, 1997:18). Isto como que implica uma concertação das práticas sem cálculo estratégico, por via da “homogeneização objectiva do habitus” (Alonso, 1997:19). E neste sentido, a ocupação de um determinado lugar de classe, ou, no pensamento bourdieano, “a pertença a uma determinada classe converte-se num elemento unificador dos comportamentos, de modo que se torna visível a pertença à mesma” (*Idem, ibidem*).

O *habitus*<sup>14</sup> está, então, associado a competências práticas, capazes de regular, de pautar respostas a estímulos de vária ordem, isto é, às múltiplas e diversificadas

situações com que os agentes sociais se confrontam no seu quotidiano, ou mesmo em situações mais extraordinárias relativamente ao quotidiano vivido. O mesmo posicionamento é apresentado por João Ferreira de Almeida, considerando também que “o sistema de disposições tende a engendrar comportamentos de forma, por assim dizer, automática.” (Almeida, 1986: 87-88). Parafrazeando o autor, e continuando na mesma linha de raciocínio, acrescentar-se-ia que é o sistema de disposições enquanto “resultado de incorporação estruturada de sucessivas experiências” que “preside às práticas dos membros” duma determinada classe (*Idem*: 88). Uma socialização pautada por elementos e experiências comuns, transmutada em saberes específicos tornados capitais, resulta de condições sociais de existência com pendor semelhante internamente a cada lugar de classe, porque sujeitos às mesmas estruturas objetivas, e dissemelhante entre lugares de classe também diferentes entre si. Assim, condicionalismos objetivos semelhantes engendram, por um lado, tendencialmente, práticas sociais concordantes entre si, porque advindas de inculcações específicas e também tendencialmente concordantes, e por outro lado, cristalizam-se (os condicionalismos) em *habitus*. Estamos perante construções sociais, não sistematizadas, mas das quais resultam automatismos acionais, isto é, automatismos de respostas a estímulos ou desafios sociais exteriores. Note-se que sendo estruturado a partir do exterior, o *habitus* não deixa de produzir saberes e representações - de propriedades individuais - que não param de se exteriorizar, sob a forma de sistemas de disposições, apreciações e acções, em lógicas de (re)produção das estruturas incorporadas, tanto objectivas como subjectivas.

Tenha-se presente que o *habitus* é um conceito que tem como certo o social e o coletivo no individual e no pessoal. Ou seja, como refere Bourdieu, o “*habitus* é uma subjectividade socializada” (Bourdieu, 1992:101). Como tal, o papel da socialização, primária em primeira instância, duma socialização secundária ou eventualmente duma ressocialização, torna-se fulcral nestas *démarches*. E porque falamos numa eventual e possível ressocialização, mais até do que numa socialização secundária, fica clara a possibilidade de mudança, dada a plasticidade que caracteriza o *habitus*, por via da sua capacidade para integrar o *Novo*. E sobre este propósito, lembremos que, como já anteriormente explicitámos, nos dias atuais é cada vez maior a pluralidade de pertenças a que o sujeito se submete. Ora, esta panóplia plural, encontra ramificações na própria família; ou seja, tanto a família estruturada de raiz como a família reestruturada, multiplica contactos e, quiçá, saberes, competências e possibilidades de integrar o *Novo*. Desta forma, novos e proficuos encontros sociais são passíveis de culminar em processos de ressocialização. Todavia, a estrutura social, nunca apresenta possibilidades de produção ilimitadas, apesar de estar presente a possibilidade de produção. Ainda que se tome o *habitus* como conceito central nestas matérias, veja-se que Bourdieu entende-o como simultaneamente passível quer de atualização quer de reprodução das condições sociais originais<sup>15</sup>. Assim, a possibilidade de mudança está presente, apesar da existência de um “filtro múltiplo de disposições adquiridas e ativas ao longo da trajetória biográfica do agente, assim como através da história estrutural desta posição no espaço social” (Bourdieu, 1992:110). Ou seja, o *habitus*, enquanto sistema de disposições “é susceptível de filtrar as informações que vai recebendo, de modo que, virtualmente, todas as experiências novas sejam apropriadas em congruência com a matriz dessa apropriação e apreensão” (Almeida, 1986:88<sup>16</sup>), logo, as escolhas, seja em que dimensão se enquadrem, não escapam a esta situação de (prê)condução social.

Retomando a proposta da existência do espaço social, poder-se-ia, então, dizer que o espaço social existe por inerência de posições sociais (os lugares de classe) que condicionam tomadas de posição (as escolhas) por intermédio do sistema de disposição (o *habitus de classe*)<sup>17</sup>. Essas posições sociais constituem um sistema caracterizado pelas propriedades dos agentes sociais, isto é, pela posse de capitais.

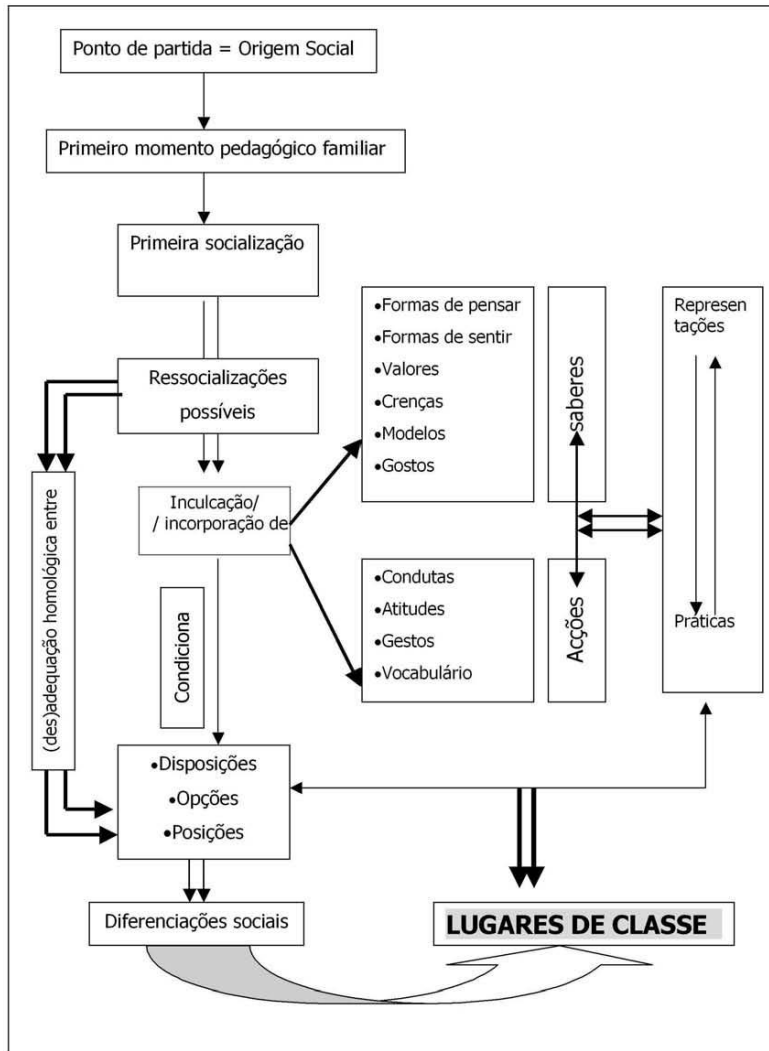
No fecho deste primeiro ponto, poder-se-á explicitar que a existência dos indivíduos é pautada por um processo de aprendizagem social que mais não é do que um processo de (re)socialização, que, em última instância, radica na ocupação dos lugares estruturais de classe pelos protagonistas<sup>18</sup>. Neste patamar explicativo, estão presentes dois registos interligados e indissociáveis que protagonizam uma relação dialéctica: um processo de interiorização da exterioridade, que remete para um processo de incorporação/inculcação de estruturas objectivas reciprocamente influenciadas e influenciáveis – a (re)socialização propriamente dita; e um processo de exteriorização da interioridade, visível através das práticas sociais. O *habitus de classe* funciona, então, como uma charneira entre ambos os registos. A Figura 1, construída com base nestes contributos teóricos, pode elucidar de uma forma quase imediata estes pressupostos teóricos. Somos assim confrontados com uma série de diferenciações sociais radicadas em lugares no espaço social, especificamente, lugares de classe – **Figura 2**<sup>19</sup>. Isto é, estão presentes posições distintas que se aproximam ou afastam por relações de homologia ou diferença, passíveis de se transmutarem em distinção. Aquelas figuras, que pretendem constituir uma base explicativa para o traçado de projetos de vida e trajetos sociais aspirados e/ou concretizados, ilustram o que subjaz a práticas de vida, incididas particularmente nas sociabilidades e relacionamentos.

2.- Bourdieu (re)questionado: a actualidade do seu pensamento - mudança social, operatoriedade do *habitus* e heurística das homologias

Porque, como dissemos, a teoria bourdiana é um bom guia neste nosso trabalho, porque uma boa parte dos nossos próprios pressupostos teóricos inspiram-se naquela e, finalmente, porque se trata de uma teoria que tem vindo a ser alvo de interesses cada vez mais amplos e, conseqüentemente, de posicionamentos críticos, parece-nos ser de todo o interesse fazer incidir o nosso olhar em alguns pontos mais susceptíveis de crítica e menos apelativos à aceitação pacífica<sup>20</sup>. Ora, e porque tudo evolui, a sociedade de hoje pode ser caracterizada, em geral, por um pendor mais dinâmico face às épocas passadas. Assim, uma vez que a sociedade dos anos 2000 dista sobremaneira da sociedade dos anos sessenta, em que a sociologia bourdiana iniciou o seu impacto na comunidade científica, há que a complementar com outros olhares que, entretanto, têm em conta a actualidade das vivências nas sociedades modernas. Daí, então, a necessidade de (re)questionar Bourdieu tendo por palco o contexto atual.

As mudanças e efervescências sociais que têm sacudido as sociedades modernas nos últimos anos, não sendo a portuguesa nenhuma exceção, estão no centro de posições críticas ou, pelo menos, de posições menos favoráveis a postulados e pressupostos bourdianos. Veja-se que, no que concerne à sociedade portuguesa, os últimos trinta anos têm vindo a ser palco de profundas alterações: o fenómeno migratório, do êxodo rural, êxodo agrícola, migrações internas, à emigração e retorno; a feminização da população ativa; a urbanização, suburbanização, litoralização e desertificação do interior; o arranque da industrialização e posterior estagnação; a terciarização e o aumento generalizado do nível de escolaridade; a expansão das novas classes médias urbanas e conseqüente recomposição socioprofissional – são alguns dos processos de mudança, alguns deles ainda em curso, que têm vindo a marcar profundamente a estrutura social portuguesa.

Figura 2 – Espaço social: acantonamentos em construção e emergência de lugares de classe



Nesse seguimento, surgem forçosamente alterações quer a nível comportamental, e portanto das práticas, quer a nível de gostos, refletidos nos consumos em geral. Essas alterações constituem, segundo João Teixeira Lopes, motivo para abalar a visão bourdiana relativa à teoria da prática e enquanto teoria clássica explicativa de teor social, tornando-a insuficiente e levando à procura de novos complementos teóricos (Lopes, 1998:182). Segundo este autor, na teoria bourdiana tudo se passa como se se tratasse de um mundo extremamente ordenado, “funcionando as homologias como uma estrutura omnipresente de regulamento social” (*Idem*: 183); mais, o conceito de *habitus* – um dos conceitos centrais da sua abordagem<sup>21</sup> apresenta-se, assim, com um forte pendor para o estaticismo, e “pouco adequado à análise de épocas históricas marcadas quer por uma

acentuada mobilidade” (Lopes, 1998:184), quer por novas possibilidades de produções que se vão cruzando com o agente social, repercutindo-se nos níveis valorativo e de atitudes. Isto leva a ter presente, na construção das identidades e das (pre)disposições, fenómenos tão incisivos como a “contaminação cultural”, a “importação/exportação de significados”, “crioulagem” e “identidades múltiplas e/ou de fronteira” (Lopes, 2003: 176). Segundo João Teixeira Lopes, é precisamente esse conjunto de “identidades pluricompostas”, bem como a “acumulação de repertórios culturais de distintas proveniências, a multiplicação de estilos de vida”, a “diversificação de redes de sociabilidade” que dificulta a consonância entre posição social e práticas sociais, conduzindo “a uma recomposição, com novas regras, do espaço social onde a permeabilidade à novidade e à mobilidade (física, social, simbólica) adquire contornos inéditos” (*Idem, ibidem*). Daí, então, a necessidade, a exigência acrescenta o autor, de se reconceptualizar os conceitos básicos – *habitus* e campo -, com vista a uma maior operatoriedade face a situações sociais não rígidas (cf. *Idem, ibidem*). Note-se que, ainda segundo o autor, Bourdieu, na sua análise social, apresenta uma visão cética quanto à possibilidade de “transformações radicais” (Lopes, 2001: 225)<sup>22</sup>, pesem embora todas as evidências empíricas de mudança. É sobre este propósito que Teixeira Lopes se refere aos “parâmetros tendencialmente fixistas do habitus” (Lopes, 2003: 175), considerando a necessidade de adaptação da teoria a uma realidade em mudança, ainda que “se mantenham, com vigor operacional, as traves-mestra do edifício (teoria geral dos campos)” (Lopes, 2003:178). Este é um ponto onde incidem criticamente outros olhares sociológicos<sup>23</sup>, como veremos adiante.

Decorrendo destes contextos, apresentam-se, então, acusações deterministas ao seu modelo teórico conceptual, facto que Bourdieu recusa terminantemente (Bourdieu, 1992: 110-115)<sup>24</sup>.

Paulo Monteiro é um dos autores que aponta explicitamente a crítica à “circularidade determinista” inerente aos pressupostos teóricos de Bourdieu, pelo facto deste considerar “que as pessoas incorporam em *habitus* a estrutura e a situação objectivas da sua classe e exteriorizam, tanto nas práticas mais objectivas como nas mais simbólicas, apenas aquilo que interiorizam: constroem as suas perspectivas de acordo com os percursos de vida do seu semelhante, e acabam por desejar o que é necessário ou possível dentro da sua condição social” (Monteiro, 1991: 121)<sup>25</sup>. Para Paulo Monteiro, Bourdieu privilegia, assim, quase exclusivamente as condições sociais de existência no que respeita à criação de sistemas de disposições, gostos e classificações por interpostos esquemas de incorporação (*Idem, ibidem*: 122). Desta forma, estaríamos perante uma rigidez comportamental e social que muito dificilmente seria ultrapassada, dada a própria rigidez do *habitus*. Ora, sobre a rigidez do *habitus*, que lhe é apontada, Bourdieu defende-se explicitando que “o habitus é criador, inventivo [no sentido em que se apresenta capaz de agir livremente], mas dentro dos limites das suas estruturas” (Bourdieu, 1992: 26)<sup>26</sup>.

Jacques Bouveresse, ao analisar os principais aspetos da reflexão bourdiana acerca desta temática, tem em linha de conta a importância da *regra* no que toca à configuração comportamental, considerando que a noção de *habitus* supera as limitações impostas pela perspectiva associada à utilização da ideia de *regra*<sup>27</sup>. Segundo o autor, a explicação dos comportamentos, não passa por princípios meramente “legislativos” ou por mecanismos sociais responsáveis pela ação dos sujeitos, mas sim pelo “sentido prático” (Bouveresse 1999: 52)<sup>28</sup> de quem participa no “jogo social” (*Idem, ibidem*)<sup>29</sup> e na “razão prática” (*Idem, ibidem*)<sup>30</sup> que os sujeitos detêm em virtude da incorporação de um determinado *habitus*, concebido como algo criativo e transformador (Bouveresse, 1999: 45-63) .



Convém lembrar que a Bourdieu é cara, também, a discussão em torno da noção de *regra*, bem como da confusão em torno de dois usos diferentes dessa noção: i) como hipótese teórica que explica o que vê e ii) como princípio que realmente governa a prática dos agentes. Para evitar esta confusão, Bourdieu pretere a noção de regra em favor das noções de “estratégia”, de “*habitus*” ou de “disposição”(Bouveresse, 1999: 47). Note-se mesmo que, existência de regularidades sociais não deve ser confundida com a presença de regras. Mais: não é pelo facto do *habitus* produzir, ou tender a produzir o comportamento do agente social, que a espontaneidade da sua ação fica comprometida, uma vez que a ação resulta de uma disposição inerente ao próprio agente e não meramente de constrangimentos sociais exteriores. O comportamento, é então, também, deliberação, disposição. Contudo, isto não significa que as acções produzidas pelo *habitus*, reputadas de espontâneas, sejam “livres” (*Idem, ibidem*).<sup>31</sup> A grande dificuldade está na distinção entre as ações que têm a sua origem *no* agente e as ações que têm a sua origem *fora* do agente. Esta questão incide, basicamente, na oposição entre “liberdade” e “constrangimento”( *Idem, ibidem*: 48). O que causa ameaça, o que perturba, é, geralmente, a ideia de contenção de liberdade e, por conseguinte, de destino traçado, de constrangimento, “manipulação”, determinação social. Essa espécie de “terror” explica a razão por que teorias que privilegiam mecanismos e determinismos sociais na explicação dos comportamentos aparentemente livres dos agentes sejam tidas como negação dos conceitos de “liberdade” e “personalidade” (*Idem, ibidem*).

Bouveresse, entende, então, que no jogo social, existem padrões de comportamentos regularizados, ou seja, padrões de comportamentos que resultam da obediência a regras reconhecidas e codificadas. A obediência a estas regras é intencional, exigindo, esse ato, conhecimento e compreensão não só das regras, mas também das implicações da (des)obediência às regras. No outro extremo encontram-se regularidades nos comportamentos cuja explicação assenta na ideia de existência de mecanismos sociais; nestes casos, são esses mecanismos os responsáveis pelos comportamentos em causa, espontâneos e inconscientes (*Idem, ibidem*: 49). Mas como nem todas as ações sociais são passíveis de se enquadrarem na mesma forma explicativa, considera o autor que “há igualmente um conjunto de acções sociais regulares – possivelmente até a maioria dos padrões de comportamento – que não parece poder ser explicado de forma satisfatória com o recurso à ideia de regras nas quais os agentes intencionalmente baseiam o seu comportamento ou com recurso à ideia de causalidade bruta. É a este nível intermédio que, para Bourdieu, intervêm a noção fundamental de *habitus*” (*Idem, ibidem*).<sup>32</sup>

Ora, há que ter presente o verdadeiro princípio que está por detrás das estratégias dos atores, isto é, o “sentido prático” ou, recorrendo à terminologia dos desportistas, o “sentido de jogo”, estando este subjacente a uma espécie de arte (mestria, no contexto bourdiano) que advém da experiência que confere a prática e subjacente ainda à lógica do jogo (*Idem, ibidem*: 51). É este “sentido de jogo” que permite a adaptação de uma infinidade de movimentos e de comportamentos a uma infinidade de situações diferentes e complexas que nenhuma regra poderia prever.

### 3.- Do *Novo* ensaiado ao *Novo* reajustado

Uma das questões que nos inquietaram durante algum tempo e que emergem destas matérias diz respeito, precisamente, à (im)possibilidade de mudança (tanto ao nível das representações como ao nível das práticas, integradas que estejam em qualquer tipo de dimensão). Com alguma insistência questionávamo-nos então:

*Tendo em linha de conta a consistência, a cristalização do habitus de classe, como explicar a mudança disposicional dos agentes sociais? Isto é:*

*como se articula o habitus de classe com a incorporação de um Novo elemento e, por conseguinte, como explicar a atualização das (pré)disposições dos agentes sociais e, neste sentido, a ressocialização?*

Não perdendo de vista o que acima ficou exposto, consideramos, pois, que a leitura que dali decorre é que o *habitus* social, operando enquanto filtro, é compatível, realmente, com a incorporação do *Novo*, podendo, contudo, tornar-se opaco à sua passagem e, por conseguinte, reter a assimilação de determinado tipo de informação. Essa retenção, a verificar-se, fica a dever-se a uma incompatibilidade entre as características da informação – do *Novo* - e as das disposições que constituem o *habitus* do agente. No entanto, tal não significa que as informações em causa não venham posteriormente, e num outro tempo, a ser incorporadas e absorvidas pelos *habitus* do agente social. O que tem de ocorrer é uma adequação do novo elemento às disposições (pré)existentes. A liberdade de escolha, de opção e de adopção está assim garantida, pela existência de uma margem de atuação construída na senda das condições sociais de existência; estas condições, não é demais reforçar, não se apresentam imutáveis. É desta forma que se podem conceber mudanças de valores, gostos e atitudes, por inerência, por sua vez, de novos e diferentes contactos sociais, de ressocializações e/ou de mobilidades classistas. O efeito de trajectória social, inerente à conceção de mobilidade social, pode explicar, por exemplo, a disparidade de gostos, valores e atitudes coexistentes num mesmo lugar de classe. Claro está que a tudo isto não será alheio o questionamento das homologias apresentadas enfaticamente por Bourdieu, notadamente, das homologias entre campos. E, quanto a nós, a crítica incisiva ao autor, poderia radicar mais aí, do que na conceptualização operatória do *habitus*. Precisamente por isso admitimos que as diferenciações sociais e as diferenciações espacio-temporais não obedeçam rigorosamente a homologias pré-estabelecidas entre umas e outras, apesar de ainda se verificarem, na atualidade, tendências homologizantes. Assim, tendo em conta essas diferenciações, são passíveis de se encontrarem, na atualidade, e com alguma visibilidade, tendências para práticas dissonantes. Daí, considerarmos à partida, que as práticas dissonantes entre si ficam a dever-se à possibilidade de produções quotidianas por parte dos atores sociais enquanto inseridos num contexto social mais abrangente e permeável à mudança.

Quanto ao *habitus*, a rigidez, apontada ao autor por críticos, insere-se numa falsa questão dada a plasticidade que, consideramos, nele se entronca, e que acima tivemos oportunidade de explanar. Mais, Bourdieu, ele próprio, tem de alguma forma presente essa plasticidade no conceito, atribuindo-lhe mesmo um certo grau de incerteza e abertura quanto à exteriorização de práticas presididas pelo sistema de disposições. Neste sentido, considera o autor que é essa relativa indeterminação que “faz com que as condutas engendradas pelo habitus não tenham a bela regularidade das condutas deduzidas de um princípio legislativo: o habitus tem parte ligado com o leve e o vago” (Bourdieu, 1986: 40), logo, com o maleável, com o incerto, com a possibilidade de assimilação do *Novo*, daí a sua plasticidade. Ora, o *Novo* diz respeito quer ao material, quer ao imaterial, remetendo tanto para um hábito ou comportamento que se adquire como para a construção do gosto que preside à sua assimilação, incorporação e posterior (ou não) *naturalização*.

Apesar da socialização, segundo um determinado *habitus*, implicar a aquisição do “sentido prático” ou “sentido de jogo” de que fala Bourdieu<sup>33</sup>, a possibilidade de ressocialização é um facto; daí que, construir *Novo* gosto passa forçosamente pela atualização das disposições incorporadas, logo, pela criação e pela mudança, ainda que imanente, de uma prática.

José Luís Casanova, autor que se tem debruçado sobre a heurística da teoria bourdiana, apesar de encontrar potencialidades e capacidades heurísticas explicativas

inerentes ao conceito de *habitus* trabalhado por Bourdieu, apresenta, no entanto, um certo posicionamento crítico, que entronca precisamente numa leitura reprodutiva sobre os postulados bourdianos. Para isso concorre, a este propósito, o efeito de *histerese* e especificamente a articulação do *habitus* com a mudança social, considerando Casanova que “com o apelo ao efeito de *histerese*, Pierre Bourdieu apenas acentua a inércia e a recorrência das disposições incorporadas, minimizando questões igualmente relevantes que têm a ver com a permanente premência da socialização, com a incorporação do *Novo*, e com a adaptabilidade, adesão e protagonismo dos agentes sociais relativamente à mudança.” (Casanova, 1995a: 60) Não será demais esclarecer, não ser este o nosso equacionamento da questão bourdiana. Aliás, o próprio Casanova acrescenta adiante, que “se parece correcto afirmar que P. Bourdieu acentua esta dimensão fundamentalmente reprodutiva, o autor também deixa transparecer, não raras vezes, essa outra faceta de mutabilidade da matriz de disposições dos actores. Quando Bourdieu fala numa actualização das condições objectivas nas disposições, em *habitus* divididos, em indeterminação, abertura e incerteza ao nível do sistema de disposições, ou mesmo quando afirma que as disposições são irreversíveis (...) ele deixa entrever precisamente essa faceta na sua conceptualização do *habitus*” (*Idem, ibidem*)<sup>34</sup>.

Posto o que acabou de ser dito, discordamos, neste ponto, de Casanova, autor que, para além das potencialidades conceptuais que atribui ao *habitus* e à matriz de disposições, e das “condições teóricas privilegiadas” reunidas nos conceitos (*Idem*: 59)<sup>35</sup>, considera que o tratamento dado a estes não ultrapassou ainda alguns impasses que estão na origem de críticas que apontam para o “determinismo, isolacionismo e inoperância” inerentes a estes conceitos, bem como ao seu tratamento teórico-metodológico (*Idem*: 63). Casanova refere-se a uma “relativa «imaturidade» conceptual do *habitus*” enquanto causa provável de acusações e críticas levantadas por autores diversos (*Idem*: 59)<sup>36</sup>. Considera o autor que a produção bourdiana, apesar da sua virtualidade teórico-prática com que tem vindo a contribuir para a sociologia<sup>37</sup> e do interesse cada vez mais alargado que tem vindo a suscitar, não se apresenta imune a polémicas, críticas ou impasses apresentados por “diferentes quadrantes das ciências sociais” (Casanova, 1995b: 61). E, perante este quadro, Casanova estende a sua crítica à falta de organização interna inerente aos seus conceitos, nomeadamente *capital* (dada a sua multiformidade conceptual), e *campos*, o que impede a operacionalização desejada por forma a proporcionar “um desenvolvimento teórico, conceptual e metodológico mais sustentado” (*Idem*: 66)<sup>38</sup>, e isto apesar da “forte interdependência” denotada “no plano da construção teórica” (*Idem*: 70) entre as noções básicas de *habitus*, *campo* e *capital*.

Ora, no que respeita ao conceito de *habitus*, consideramos que pela sua plasticidade, quicá mal explorada, é um conceito com fortes potencialidades heurísticas de aplicabilidade às sociedades modernas. A coerência de reação do *habitus* às solicitações, vislumbrada por Bourdieu, não se nos afigura incompatível com as exigências da vida moderna, no sentido da apresentação do *Novo*, do diferente, do inabitual. E isto, porque as condições de existência primárias são passíveis de evoluírem quando estão perante o *Novo*, o diferente, o inabitual. Para isso, terá de haver a adequação, o reajustamento, não imediato, é um facto, mas paulatino. Não é por acaso que, segundo Bourdieu, o “*habitus* é, (...), o princípio gerador de estratégias que permite aos agentes confrontarem situações muito diversas” (Bourdieu, 1992: 25). É em contextos deste género que se questionam as possibilidades de aprendizagens, como é o faz João Teixeira Lopes: “Não poderá [o capital cultural] estar associado a outras condições de aprendizagem e de incorporação que não estejam subordinadas, de forma tão estrita, às condições sociais objectivas?” (Lopes, 1998: 184).

A esta grande questão, na senda de tantas outras, mais ou menos equivalentes, apresentamos, à partida, uma observação: consideramos que o *Novo*, surgindo de outros contextos que operam como canais de socialização, a ser aceite, no sentido da

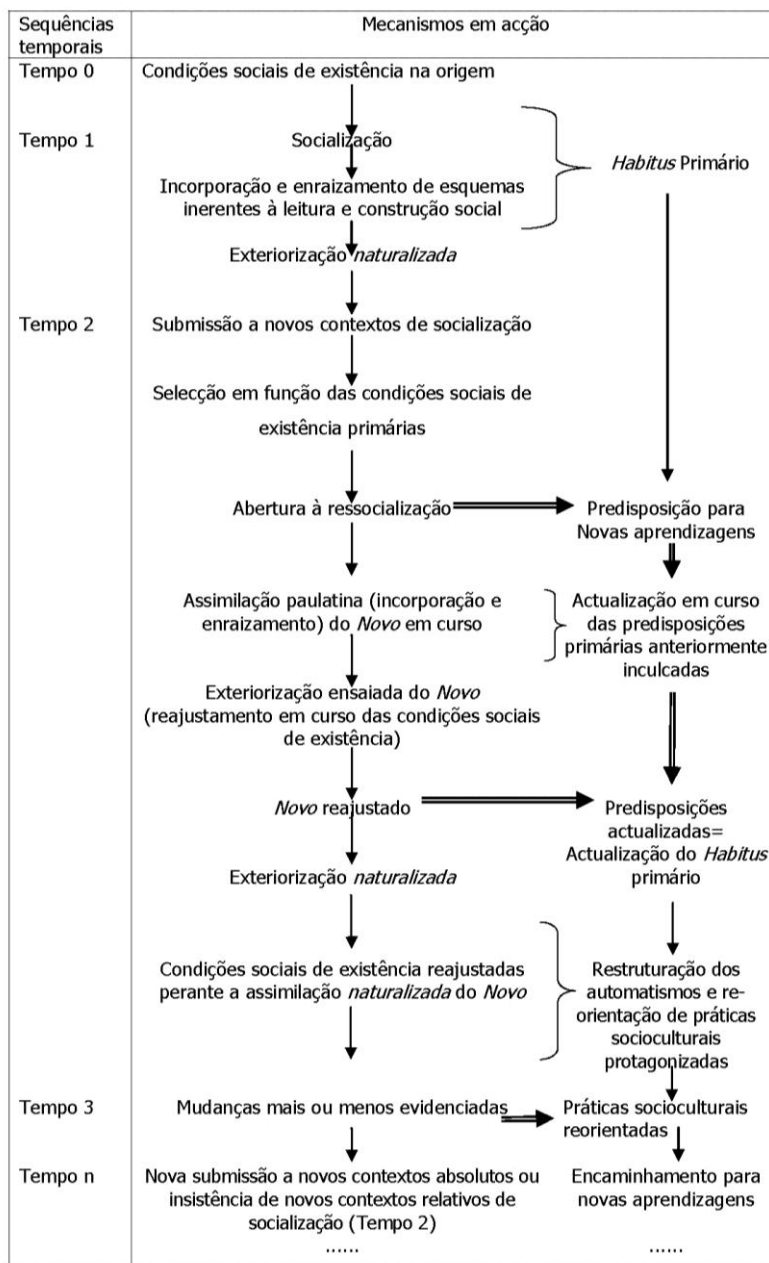
incorporação, caberá dentro do limite dos possíveis<sup>39</sup>, inerente às condições sociais objetivas que não são estáticas. Note-se que, ao utilizar a noção de *habitus*, Bourdieu “concilia o possível e o provável, a esperança subjectiva e a probabilidade objectiva” (Pinto, 1999:99). Assim, tendo em conta esta ressalva, poderíamos responder afirmativamente a questões daquele tipo. Contudo, tenhamos presente, que a própria ressocialização é filtrada por possibilidades inerentes a limites estruturais apontados pelas próprias condições sociais objetivas de existência. Ou seja, e novamente, o ilimitado não pode, de forma alguma, estar presente. É sempre em função das condições sociais de existência que a triagem da mudança possível é efectuada.

Mas como o agente social é, na actualidade, um potencial alvo de ressocializações em sequência, é possível, entre determinados limites temporais, assistir-se a novas socializações sequenciais, isto é, a nova socialização sobre nova socialização efectuada num período de tempo mais ou menos dilatado, passíveis de revelar mesmo grandes mudanças quando comparados limites temporais extremos. Essa situação, a constatar-se, deve-se não apenas a um momento de ressocialização – incorporação de nova socialização –, mas a vários, que exigem, a seu tempo, os reajustamentos necessários e devidos à incorporação do *Novo*, de modo a este exteriorizar-se (quase) automaticamente. Estamos, por conseguinte, perante uma possibilidade de quase permanente ressocialização que garante a incorporação reajustada do *Novo*<sup>40</sup>.

Explicemo-nos: ainda que ao indivíduo se apresente a possibilidade de uma vivência totalmente nova a concretizar, a concretização de resposta será, em princípio, em função duma grelha de leitura assimilada, incorporada e enraizada. Por conseguinte, a resposta será tanto mais *naturalizada* (tendo em conta os automatismos de que já fomos dando conta) quanto mais próxima estiver a nova experiência de práticas já experimentadas e cristalizadas em competências práticas. Isto não significa que a *naturalização* da exteriorização da nova experiência seja imediata; muito pelo contrário, ela fará parte de um processo em curso, que, com a continuidade, pode radicar na aquisição de novas competências dada a sua cristalização.

O próprio efeito de *histerese* é passível de explicar esta situação, dado o arrastamento das disposições anteriormente incorporadas e consequente desfecho prático congruente com aquelas, ainda que sejam produzidas alterações concretas face às primárias condições sociais de existência. Daí, uma dissonância entre (novas) condições sociais de existência e (velhas) disposições incorporadas. Acontece, no entanto, que esta incongruência, que realmente pode acontecer, é patente em momentos circunscritos à alteração produzida. Assim, se uma perspectiva crítica é passível de induzir daqui um trunfo para uma explicação estática em termos sociais e, por conseguinte, um posicionamento reprodutor em Bourdieu, é possível, no entanto, outra explicação, na qual nos ancoramos: há, então, como que uma espécie de dialética em que, todavia, a produção do *Novo* é limitada, submetendo-se a condicionalismos e, desde logo, à negação duma total abertura imediata face à inovação; isso deve-se, em boa parte, à tendência para que as primárias condições sociais de existência estejam presentes, ainda que possam já ter sido alvo de reformulação(ões) – a Figura 3 pretende esquematizar esta dialéctica.

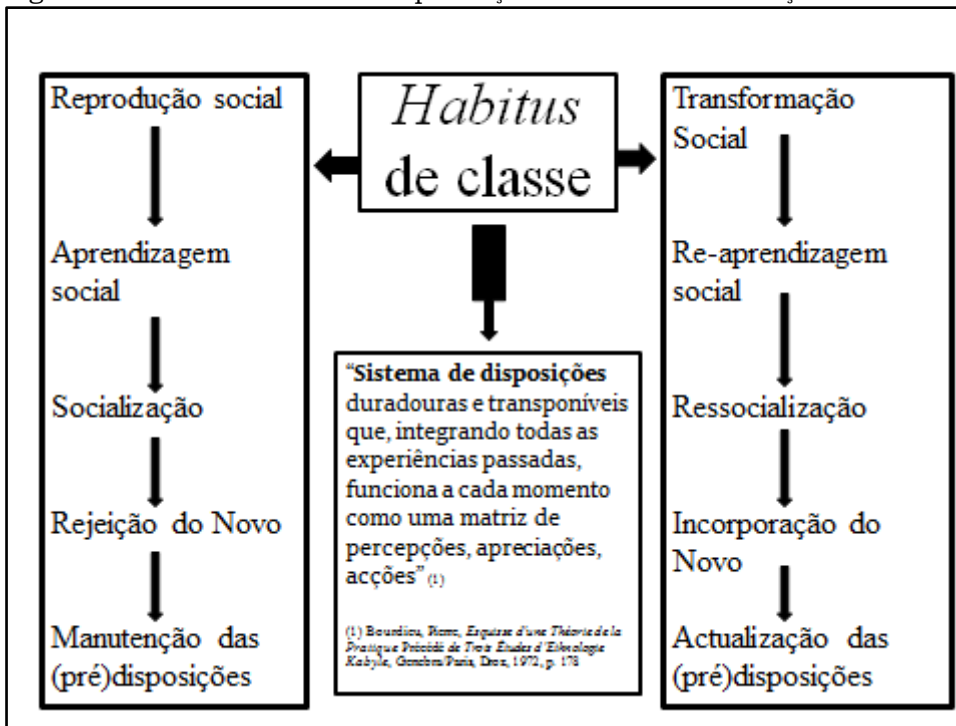
Figura 3 – Possibilidades e reajustamentos de mudança: ressocialização continuada



#### 4.- Considerações finais

Como vimos, a nossa problematização incide na incorporação do *Novo* e na actualização das (pré)disposições, partindo do *habitus*. Ora, e porque o conceito é plástico, subjaz-lhe tanto a possibilidade de se gerar reprodução social como a de potenciar transformação social, apesar de, como ficou exposto acima, a possibilidade de mudança não se apresentar imediatamente ilimitada – a Figura 4 pretende esquematizar esta ideia.

Figura 4 – *Habitus* de classe: reprodução *versus* transformação social



Por conseguinte, fica claro que:

1. O *habitus* é simultaneamente passível quer de actualização quer de reprodução das condições sociais de existência. Assim, a possibilidade de mudança, logo de ressocialização, está presente., apesar de filtrada por experiências anteriores, ou seja, por um conjunto de disposições presentes na vida do agente.
2. A integração de um *Novo* elemento exige actualização das disposições incorporadas.
3. Actualizar as disposições incorporadas passa por adequar e reajustar as condições sociais de existência primárias às novas condições sociais de existência.
4. Sublinhe-se que a ressocialização é filtrada por possibilidades inerentes a limites estruturais apontados pelas próprias condições sociais objetivas de existência. É sempre em função das condições sociais de existência que a triagem da mudança é efetuada.

<sup>1</sup> Socióloga, Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Faculdade de letras da Universidade do Porto e investigadora do Instituto de Sociologia da FLUP. Email: [dulcem@letras.up.pt](mailto:dulcem@letras.up.pt). Texto adaptado com reformulações da tese de Doutoramento da autora. Cf. Magalhães (2005)

<sup>2</sup> A este propósito Madureira Pinto realça a importância do trabalho pedagógico familiar e sua repercussão a nível da construção de padrões culturais mais abrangentes. Cf. Pinto (1978: 111-113). Ver também Bourdieu *A Reprodução* (1970: 17-96); Ansart( 1990: 238-239).

<sup>3</sup> Cf. Magalhães (1994: 14).

---

<sup>4</sup> Itálico do autor.

<sup>5</sup> Na introdução de Réponses, Loïc J. D. Wacquant refere explicitamente a topologia social, a propósito do conceito de espaço social objetivo. Cf. Bourdieu & Wacquant, (1992: 20).

<sup>6</sup> Não deixa de ser curiosa a definição apresentada para cada um destes conceitos enquanto substantivos. Assim, a ação é definida como “maneira de actuar; tudo o que se faz; acto”, e a prática apresenta-se como “acto ou efeito de praticar; aplicação das regras e dos princípios de uma arte ou ciência; maneira de proceder; costume; experiência; rotina”. Cf. Costa e Melo (s.d.). Apesar de não se apresentarem explicitamente como sinónimos, consideramos que estes substantivos, enquanto tal, recobrem-se um ao outro, evidenciando significados, e como tal, regras de vida, radicadas num processo de (re)socialização. É assim que a prática se inscreve numa ação que transmite sentido; e transmite sentido não só para quem a executa, mas também para os outros, isto é, para os seus (im) pares.

<sup>7</sup> Cf. Definição de ação e de ação social apresentada por Weber (1944: 4). Nas páginas seguintes, onde são desenvolvidos os “Fundamentos Metodológicos”, o autor continua com os desenvolvimentos inerentes àqueles conceitos; ver principalmente as pp. 20-22.

<sup>8</sup> Para este posicionamento que assumimos claramente, inspirámo-nos basicamente, para além da própria teoria e conceitos bourdianos, em João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto.

<sup>9</sup> Conceitos trabalhados também por Berger e Luckmann (1999: 138-145) e por Pinto (1978: 108-115). Sobre a dialética entre interiorização *versus* exteriorização, interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade, ver Pierre Bourdieu, (2002: 163 e seguintes).

<sup>10</sup> Ver adiante, a Figura 2 que complementa a Figura 1.

<sup>11</sup> Segundo Accardo e Corcuff, “o conceito de **habitus** ocupa uma posição-charneira na construção teórica de Bourdieu, na medida em que permite articular o individual e o social, as estruturas internas da subjectividade e as estruturas sociais externas e compreender que estas como aquelas, longe de serem estranhas por natureza e de se excluírem reciprocamente, sejam pelo contrário dois estados da mesma realidade, da mesma história colectiva que se deposita e se inscreve à vez e indissociavelmente nos corpos e nas coisas.” Accardo e Corcuff (1986 : 67). O negrito é do autor.

<sup>12</sup> Sobre a génese, a recuperação e a utilização da palavra *habitus*, ver Bourdieu (1989 : pp. 60-64).

<sup>13</sup> Importámos o termo de Leão (1992) citado por Real (1993: 39).

<sup>14</sup> Sobre diversos ângulos de estudo do *habitus* – ver Bourdieu e Wacquant, (1992: 91-115).

<sup>15</sup> João Teixeira Lopes faz também esta leitura às propriedades inerentes ao conceito central bourdiano. Cf. Lopes (1998: 184).

<sup>16</sup> O autor remete para Bourdieu, (1979: cap. I. 2.2.4).

<sup>17</sup> Pierre Bourdieu considera explicitamente que o relacionamento dos três conceitos – posições sociais, tomadas de posição e sistema de disposições - está na base de operações efectuadas pelos agentes sociais “nos mais diferentes domínios da prática”. Bourdieu (1996: 6).

<sup>18</sup> João Ferreira de Almeida considera que “falar de classe é sempre, e simultaneamente, falar de protagonistas dos processos sociais, que, ao produzirem e reproduzirem a sua própria identidade, modelam do mesmo passo as condições sociais que a definem, e falar das estruturas que delimitam duradouramente o espaço em que esses processos ocorrem.” Almeida (1986: 77. Segundo o autor, neste sentido, a(s) estrutura(s) integra(m) desde logo um dos níveis da abordagem da classe social, acrescentando-se ainda os protagonistas dos processos sociais e os lugares de classe onde se inserem esses mesmos protagonistas.

<sup>19</sup> Convém deixar claro que essas Figuras, 1 e 2, mostram as relações entre os conceitos, tendo sido construídas graficamente, e por nós, em termos de síntese. Precisamente por isso assumimos toda e qualquer responsabilidade face à colocação das setas, que pretendem realçar movimentos relacionais.

<sup>20</sup> Neste contexto, centralizámos o nosso olhar em torno de dois conceitos capitais da sua teoria – *habitus* e homologias -, aplicações e interpretações que daí surjam, uma vez que são estes os conceitos que têm implicações imediatas no nosso trabalho no que respeita ao seu enquadramento teórico. Assim, ficam de fora questionamentos críticos afins à globalidade da sua teoria, dado não ser este o local apropriado para a sua explanação. No entanto, para perspectivas críticas mais diversas, para além do que aqui se apresenta, pode consultar-se, por exemplo, Shusterman (1999), onde vários autores equacionam, em diferentes prismas, a teoria bourdiana.

<sup>21</sup> A centralidade do conceito de *habitus* no quadro conceptual bourdiano é, de uma forma geral, uma consideração pacífica no conjunto dos estudiosos de Bourdieu, ainda que estes apresentem posicionamentos críticos. José Luís Casanova, por exemplo, considera que “o contributo especial de Bourdieu tem, (...) de relevante, (...) a expressividade com que promove a centralidade de tal conceito [*habitus*] na teoria social (...)”. Casanova (1995: 48).

<sup>22</sup> Ver também, do mesmo autor (2003:174).

<sup>23</sup> Para além de João Teixeira Lopes, alguns outros nomes se destacam que podem ilustrar, em território português, esta situação. De referir, por exemplo, Monteiro (1991: 117-141); Casanova (1995a: 45-68); Casanova, (1995b: 61-73); Costa (1984: 3-35); Mendes e Seixas (2003: 103-129). Convém realçar não se tratarem de autores que rejeitem de todo os postulados bourdianos; muito pelo contrário, reconhecendo heurística aos seus conceitos centrais, apresentam, contudo, reservas face à sua operatoriedade ou pelo menos à operatoriedade de alguns deles, nos dias correntes.

<sup>24</sup> Aqui o leitor pode tomar contacto com a defesa apresentada pelo autor face à acusação de determinista de que a sua tese social é alvo.

<sup>25</sup> Gostaríamos de sublinhar que, segundo Paulo Monteiro, “o trabalho que Bourdieu desenvolve acaba, no entanto, por privilegiar quase exclusivamente a forma como as condições estruturais de existência criam determinadas disposições, sistemas de classificação e gostos. O princípio que rege a própria actividade estruturante e classificatória dos sujeitos é o «sistema de esquemas incorporados» como Bourdieu, ele próprio, aponta na sua obra monumental *La Distinction*, p. 55. Cf. Monteiro (1991: 122).

<sup>26</sup> A este propósito, ver também Alonso (1997: 18).

<sup>27</sup> Subjacente a esta problemática está a discussão em torno da regra, noção cara a Wittgenstein. Para um maior desenvolvimento sobre a perspectiva deste autor em torno da noção da regra, ver Taylor (1999: 29-32; Bouveresse (1999: 45-46 e 55-58).

<sup>28</sup> “Practical sense” no original e aspas também no original; “le sens pratique” enquanto terminologia de Bourdieu.

<sup>29</sup> “Feel for the game” no original; “le sens du jeu” enquanto terminologia de Bourdieu.

<sup>30</sup> Adaptado à terminologia bourdiana. No original, “practical knowledge”.

<sup>31</sup> Cf. Jacques Bouveresse, “Rules, Dispositions and the *Habitus*” in Richard Shusterman (ed.), *Bourdieu: A Critical Reader*, Oxford, Blackwell Publishers, 1999, p. 47.

<sup>32</sup> Segundo Jacques Bouveresse, Wittgenstein realça, a propósito da questão das regularidades, que a sua detecção por parte da sociologia e das outras ciências sociais não significa que os agentes possam deixar de ser vistos como “livres” e “responsáveis”. Cf. *Idem, ibidem*, p. 50.

<sup>33</sup> Segundo Bouveresse, Bourdieu fala em “sentido do jogo” inerentemente à “acção racional” na sua obra intitulada *Choses dites*, Paris, Minuit, 1987, p. 21 (Cf. Bouveresse, 1999: 52-53).



<sup>34</sup> Casanova, ele próprio, vai apresentando ao longo do seu texto extratos de escritos bourdianos, em que a possibilidade de integração do *Novo* em Bourdieu está patente nas suas considerações teórico-conceptuais e, portanto, cabem na capacidade explicativa do *habitus* enquanto conceito. Assim, não se compreende claramente porque motivo o autor considera que Bourdieu minimiza questões inerentes à “permanente presença de socialização”, se aquele considera que este admite a “mutabilidade da matriz de disposições dos actores”?

<sup>35</sup> Sobre as “condições teóricas privilegiadas reunidas no conceito” ver as páginas anteriores do mesmo artigo.

<sup>36</sup> As aspas são do autor.

<sup>37</sup> Note-se que, segundo José Luís Casanova, a obra bourdiana tem a “aspiração de criar um modelo teórico que possibilite entender, articuladamente, dimensões mais estruturais e outras mais directa e imediatamente visíveis das práticas sociais” (Casanova, 1995b: 62).

<sup>38</sup> Ver também as páginas 70-71 do mesmo artigo.

<sup>39</sup> Para um maior desenvolvimento sobre o limite dos possíveis e consciência possível, no sentido da aceitação e integração a nível consciente de situações, ideias, práticas e similares, ver, por exemplo, Goldmann (1976); Jacob (1985).

<sup>40</sup> A noção de *reconfiguração do habitus* apresentada por António Firmino da Costa, a propósito de agentes sociais em êxodo rural inseridos em meio social mais vasto, vai nesse sentido. Cf. Costa (1984: 31).

---

## 5.- Bibliografía

- Accardo, Alain e Corcuff, Philippe ( 1986). *La Sociologie de Bourdieu. Textes Choisis et Commentés*. Bordeaux, Le Mascaret.
- Almeida, João Ferreira de (1986). *Classes Sociais nos Campos*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Alonso, Rafael Feito (1997). *Estructura Social Contemporânea. Las Clases Sociales en los Países Industrializados*. México/España: Siglo Veintiuno de España Editores, S. A.
- Ansart, Pierre (1990). *Les Sociologies Contemporaines*. Paris: Éditions du Seuil.
- Berger, Peter L. e Luckmann, Thomas (1999). *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Dinalivro
- Bourdieu, Piere (2002). *Esboço de Uma Teoria da Prática Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, Pierre (1970). *La Reproduction*. Paris, Ed. Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1979). *La Distinction. Critique Sociale du Jugement* Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1984). *Questions de Sociologie*. Paris: Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1986). “Habitus, code et codification”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: Éditions Minuit, n° 64.
- Bourdieu, Pierre (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, Pierre (1991). *El Sentido Práctico*. Madrid: Taurus.
- Bourdieu, Pierre (1996). *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, Pierre e Wacquant, Loïc (1992). *Réponses. Pour une Anthropologie Réflexive*. Paris: Éditions du Seuil.
- Bouveresse, Jacques (1999). “Rules, Dispositions and the Habitus”. Shusterman, Richard (ed.). *Bourdieu: A Critical Reader*, Oxford: Blackwell Publishers.
- Casanova, José Luís (1995a). “Uma avaliação conceptual do habitus”. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n° 18.
- Casanova, José Luís (1995b). “A «Teoria da Prática» - uma prática menos teorizada?”. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n° 17
- Costa, António Firmino da (1984). “Alfama: entreposto de mobilidade social”. *Cadernos de Ciências Sociais* n° 2.
- Costa, J. Almeida e Melo, A. Sampaio e (s.d.). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Goldmann, Lucien (1976). *A Criação Cultural na Sociedade Moderna*. Lisboa: Presença.
- Jacob, François (1985). *O Jogo dos Possíveis. Ensaio Sobre a Diversidade do Mundo Vivo*. Lisboa: Gradiva.
- Leão, Danuza (1992). *Na Sala com Danuza*. São Paulo: Siciliano.
- Lopes, João Teixeira (1998). “Sociabilidade e Consumos Culturais: Contributos para uma Sociologia da Fruição Cultural”. *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras do Porto*, n° 8.

- 
- Lopes, João Teixeira (2001). “Do círculo da dominação ao ‘milagre’ do amor”, *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 21-22
- Lopes, João Teixeira (2003). “Bourdieu: uma sociologia para o século XXI?”, *Educação, Sociedade e Culturas, Revista da Associação de Sociologia e Antropologia da Educação*, nº 19.
- Magalhães, Dulce (1994). *Classes Sociais e Trajectórias Intergeracionais*. Provas de Capacidade Científica. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Magalhães, Dulce (2005). *Dimensão Simbólica de uma Prática Social: Consumo do Vinho em Quotidianos Portugueses*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Mendes, José Manuel e Seixas, Ana Maria (2003). “Escola, desigualdades sociais e democracia: as classes sociais e a questão educativa em Pierre Bourdieu”. *Educação, Sociedade e Culturas, Revista da Associação de Sociologia e Antropologia da Educação* nº 19.
- Monteiro, Paulo Filipe (1991). “Os usos das artes na era da diferenciação social: críticas e alternativas a Pierre Bourdieu”. *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 12/13.
- Pinto, Louis (1999). “Theory in Practice”. Richard Shusterman (ed.). *Bourdieu: A Critical Reader*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Pinto, Madureira (1978). *Ideologias: Inventário Crítico dum Conceito*. Lisboa: Presença/GIS.
- Real, Mauro Côrte (1993). *O Ritual do Vinho*. Porto Alegre: Ace Editora.
- Silva, Augusto Santos (1993). *Tempos Cruzados: um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Porto: Afrontamento.
- Taylor, Charles (1999). “To follow a rule...”. Shusterman, Richard (ed.). *Bourdieu: A Critical Reader*, Oxford: Blackwell Publishers.
- Weber, Max (1944). *Economia y Sociedad*. Mexico: Fondo de Cultura Economica.

---

HOW TO CITE THIS ARTICLE IN BIBLIOGRAPHIES

Magalhães, Dulce (2012): “The *habitus* and the *New*: from social (re)learning to practices”. *Revista Latina de Sociología*, 2: 23-41 <http://revistalatinadesociologia.com>, ISSN 2253-6469